



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação do serviço de transporte de urnas eletrônicas e materiais eleitorais que compreenda, na véspera do pleito: o recolhimento nos locais de armazenamento e entrega em todos os locais de votação de Santa Catarina das urnas, cabinas de votação e materiais de proteção individual; e, no dia da eleição: o recolhimento nos locais de votação e entrega nos locais de apuração, das urnas, cabinas de votação e pastas de mesário, contendo o material usado nas seções eleitorais, além dos envelopes de segurança contendo as mídias e documentos com o resultado das seções eleitorais.

Ao final de cada etapa, a empresa deverá entregar nos cartórios os controles e recibos assinados pelos colaboradores da justiça eleitoral (delegados de prédio) contendo os horários das entregas ou recolhimentos.

2. Fundamentação da Contratação

Nas próximas Eleições, a serem realizadas no mês de outubro de 2024, participarão, no Estado de Santa Catarina, pouco mais de 5,5 milhões de eleitores, cadastrados em 17 mil seções eleitorais, aproximadamente.

Estas seções eleitorais deverão estar distribuídas em cerca de 3.500 diferentes locais de votação, localizados em área urbana ou rural, em 295 municípios e 100 zonas eleitorais.

Para a consolidação da missão institucional da Justiça Eleitoral, é necessário fazer chegar aos locais de votação as urnas eletrônicas e demais materiais, a fim de garantir ao eleitorado o efetivo exercício do direito fundamental de voto. De igual forma, deverão ser transportadas com total segurança aos locais de apuração, as urnas, os materiais, e as mídias que contém o resultado das eleições de cada seção eleitoral.

As urnas e cabinas deverão ser entregues na véspera das eleições (5 de outubro, sábado), após as 12h, pois no mesmo dia a Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica deverá promover, entre as 9h (nove horas) e as 12h (doze horas), os sorteios das seções eleitorais cujas urnas serão submetidas aos procedimentos de auditoria da votação eletrônica (Res. TSE no 23.728/2024).

Para realizar a entrega das aproximadamente 16.500 urnas, 16.500 cabinas, em cerca de 3.500 locais de votação, em tão curto espaço de tempo (sábado à tarde) são necessários cerca de 900 roteiros simultâneos, realizados por veículos de diferentes tamanhos, conforme histórico de eleições pretéritas. Para recolhimento das urnas são igualmente necessários aproximadamente 900 roteiros; quanto ao recolhimento das mídias, a estimativa é de 1.100 roteiros, os quais podem ser realizados por motocicleta, em razão do volume reduzido.

A Justiça Eleitoral catarinense não possui em seu quadro funcional recursos humanos necessários para a execução dessa vultosa atividade. Tampouco possui a infraestrutura de logística adequada (veículos e motos) para realizar esse serviço.

3. Descrição da solução

Contratação do serviço de transporte de urnas eletrônicas e materiais eleitorais que compreenda, na véspera do pleito: o recolhimento nos locais de armazenamento e entrega em todos os locais de votação de Santa Catarina das urnas, cabinas de votação e materiais de proteção individual; e, no dia da eleição: o recolhimento nos locais de votação e entrega nos locais de apuração, das urnas, cabinas de votação e pastas de mesário, contendo o material usado nas seções eleitorais, além dos envelopes de segurança contendo as mídias e documentos com o resultado das seções eleitorais, conforme detalhamento a seguir:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. Recebimento de urnas eletrônicas, cabinas de votação e materiais de proteção individual em cerca de 77 locais de armazenamento em diferentes municípios sedes de zonas eleitorais do Estado de Santa Catarina, transporte aos locais de votação e entrega aos delegados de prédio designados pela Justiça Eleitoral de aproximadamente 16.500 urnas, 16.500 cabinas de votação em cerca de 3.500 locais nos 295 municípios de Santa Catarina, no dia 5 de outubro de 2024 (sábado), sendo aproximadamente 1.950 locais em área urbana e 1.550 locais em área rural.
2. Coleta nos locais de votação citados no item 1, transporte aos locais de apuração ou de armazenamento e entrega aos auxiliares de secretaria das juntas eleitorais, servidores ou prepostos designados pela Justiça Eleitoral, no dia 6 de outubro de 2024 (domingo), depois de encerrado o processo de votação (a partir das 17h), das urnas, cabinas de votação e pastas de mesário contendo o material usado nas seções eleitorais.
3. Coleta nos locais de votação citados no item 1, transporte e entrega aos auxiliares de secretaria das juntas eleitorais ou servidores designados pela Justiça Eleitoral, nos locais de apuração, no dia 6 de outubro de 2024 (domingo), após encerrado o processo de votação (a partir das 17h), dos envelopes de segurança contendo mídia e documentos com o resultado das eleições nas seções eleitorais correspondentes.
4. Nas Eleições Gerais de 2024 poderá haver 2º turno para cargo de Prefeito Municipal nos municípios de Florianópolis, Joinville e Blumenau. Em havendo, as operações deverão ser repetidas pela Contratada nos referidos municípios, nos dias 26 de outubro de 2024 (item 1) e 27 de outubro de 2024 (itens 2 e 3).
5. Ao final de cada etapa, a empresa deverá entregar nos cartórios os controles e recibos assinados pelos colaboradores da justiça eleitoral (delegados de prédio) contendo os horários das entregas ou recolhimentos.

Os roteiros de entrega e coleta dos materiais deverão ser elaborados a partir de versão preliminar disponibilizada via sistema Rotas pela STI/Coordenadoria de Eleições e cartórios eleitorais. Os roteiros definitivos deverão ser feitos, de comum acordo com as chefias dos cartórios das 100 zonas eleitorais do Estado, cabendo a estas a decisão final.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Documento juntado ao PAE nº: 5.648/2024

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica.

3.3. Códigos SIASG

3263 – Transporte rodoviário – cargas / encomendas.

4. Requisitos da contratação

Contratação do serviço de transporte de urnas eletrônicas e materiais eleitorais que compreenda, na véspera do pleito: o recolhimento nos locais de armazenamento e entrega em todos os locais de votação de Santa Catarina das urnas, cabinas de votação e materiais de proteção individual; e, no dia da eleição: o



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

recolhimento nos locais de votação e entrega nos locais de apuração, das urnas, cabinas de votação e pastas de mesário, contendo o material usado nas seções eleitorais, além dos envelopes de segurança contendo as mídias e documentos com o resultado das seções eleitorais.

A empresa contratada deverá demonstrar que possui disponibilidade de veículos e pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, que compreende um número estimado de 900 (novecentos) roteiros simultâneos, tanto para entrega quanto para coleta de urnas e cabinas, bem como de 1.100 (um mil e cem) roteiros simultâneos para coleta de mídias de resultado.

O TRE-SC poderá oferecer ferramenta (software) para confirmação da entrega/recebimento dos equipamentos e materiais mediante a leitura de Qr-code por dispositivos móveis (smartphones). Para tanto, a empresa deverá possibilitar a utilização da ferramenta por seus colaboradores, fornecendo ao condutor smartphones com conectividade à internet, se necessário.

Os veículos utilizados e/ou seus respectivos condutores deverão permitir o compartilhamento de sua localização em tempo real, se solicitado pelo TRE-SC.

Por fim, deverão ser observadas as Resoluções do TSE para as eleições de 2024.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

Id.	Etapas	Entregas	Data	Responsável
1	Definição dos roteiros	Roteiros em versão preliminar	Até 17/09/2024	ZE e Empresa
2	Reunião para confirmação dos roteiros e ajustes finais	Roteiros revisados (versão final)	Até 19/09/2024	ZE e Empresa
3	Distribuição das urnas, cabinas, materiais de proteção e devolução dos recibos assinados	Urnas, cabinas e materiais de proteção distribuídos e Recibos assinados com horários	05/10/2024	Empresa
4	Recolhimento das urnas, mídias, materiais e entregas dos recibos assinados	Urnas, mídias, materiais coletados e recibos assinados com horários	06/10/2024	Empresa

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os roteiros de entrega e coleta dos materiais deverão ser elaborados a partir de versão preliminar disponibilizada via sistema informatizado desenvolvido pelo TRESC. Os roteiros definitivos deverão ser



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

feitos, de comum acordo com as chefias dos cartórios das 100 zonas eleitorais do Estado, cabendo a estas a decisão final.

As quantidades de locais e de roteiros realizados em 2022, conforme informações registradas pelos cartórios eleitorais, estarão disponíveis no site do TRESC em link a ser informado no Edital.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

O protocolo de comunicação entre o Tribunal e a Contratada ocorrerá mediante a troca de mensagens eletrônicas (e-mail) entre a Equipe de Gestão da Contratação e os prepostos da empresa.

Também haverá o acompanhamento da execução do contrato mediante as informações de realização de atividades fornecidas pelos cartórios eleitorais, via acompanhamento próprio do Projeto Eleições 2024, e principalmente, pelo apontamento e preenchimento das informações no Sistema informatizado destinado a este fim.

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica.

5.6. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

5.7. Obrigações da Contratante

O Contratante deverá cumprir com as seguintes obrigações durante a vigência do Contrato:

- 5.7.1. Promover, por meio de seus representantes, a fiscalização do Contrato, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.
- 5.7.2. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.
- 5.7.3. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 5.7.4. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto deste Contrato, visando a obter os melhores resultados na prestação dos serviços.
- 5.7.5. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.2. Efetuar a entrega das urnas, cabinas e materiais de proteção individual até as **19 horas** do dia **5 de outubro de 2024**, nos locais de votação, iniciando os trabalhos no período vespertino, até as 14h, conforme acerto com o Juízo Eleitoral;
- 5.8.3. Efetuar a **entrega das urnas, pastas de mesário e cabinas** até as **20 horas** do dia **6 de outubro de 2024**, nos locais de apuração ou armazenamento, excepcionando-se as situações em que haja atraso no encerramento da votação;
- 5.8.4. Realizar a **entrega dos envelopes contendo as mídias e documentos com resultados** das seções eleitorais coletados nos locais de votação após o encerramento do processo de votação, até as **19 horas** do dia **6 de outubro de 2024**, nos locais de apuração, excepcionando-se as situações em que haja atraso no encerramento da votação;
- 5.8.5. Havendo 2º turno, repetir as operações entregando as urnas e materiais nos horários estipulados, nos dias 26 de outubro de 2024 (**item 1**) e 27 de outubro de 2024 (**itens 2 e 3**);
- 5.8.6. Ao final de cada etapa, entregar nos cartórios eleitorais os controles e recibos assinados pelos colaboradores da justiça eleitoral (delegados de prédio) contendo os horários das entregas ou recolhimentos.
- 5.8.7. Designar formalmente **2 (dois) prepostos** para atuarem **no TRE/SC**, com infraestrutura própria de comunicação (telefone celular e e-mail) e autonomia gerencial, na véspera (durante o período vespertino) e no dia da eleição (1º e 2º turnos), quando deverão estar presentes durante toda a execução da operação;
- 5.8.8. Realizar **reunião com cada juízo eleitoral**, após a definição dos roteiros, até os dias **19 de setembro de 2024** (1º turno) e **17 de outubro de 2024** (2º turno), para definição de questões administrativas;
- 5.8.9. Designar formalmente **1 (um) preposto** com autonomia gerencial para atuar em cada zona eleitoral do Estado na véspera e data do pleito (1º e 2º turnos), durante toda a execução da operação;
- 5.8.10. Realizar a distribuição e coleta de urnas, pastas, cabinas e demais materiais, utilizando-se de funcionários em quantidade suficiente para a realização das atividades necessárias (condução do veículo, carregamento dos materiais e preenchimento de controles/recibos) e cumprimento dos prazos definidos nos **subitens 1 a 4**;
- 5.8.11. Os **veículos e funcionários** da empresa, responsáveis pela coleta, deverão apresentar-se, conforme designação formal, devidamente identificados, com adesivo, crachá e colete, respectivamente;
- 5.8.12. **Transportar 1 (um) servidor designado pela Justiça Eleitoral** para acompanhar/fiscalizar cada roteiro de **entrega** de urnas, cabinas e materiais de proteção individual. Não cabe ao representante da Justiça Eleitoral executar atividades de responsabilidade da contratada, incluindo o preenchimento de controles e recibos.
- 5.8.13. **Retornar ao cartório eleitoral**, acompanhada do servidor referido no item acima, após a conclusão de cada roteiro de entrega, a fim de confirmar a execução do serviço e entregar os **recibos contendo a hora da entrega e a assinatura do responsável pela recepção das urnas** em cada local de votação;
- 5.8.14. Disponibilizar envelopes grandes nos roteiros de recolhimentos das mídias, a fim de acondicionar os envelopes de segurança contendo as mídias e os documentos com o resultado das seções eleitorais.
- 5.8.15. **Adotar as cautelas** necessárias para o manuseio e transporte das urnas, observando as orientações da Justiça Eleitoral, acondicionando-os exclusivamente nos compartimentos de carga dos veículos.
- 5.8.16. Viabilizar a utilização de software (caso seja desenvolvido pelo TRE-SC), por seus colaboradores, para confirmação da execução da entrega/recebimento dos equipamentos e materiais, mediante a leitura de Qr-code por dispositivos móveis (smartphones) com conectividade à internet.
- 5.8.17. Os veículos utilizados e/ou seus respectivos condutores deverão permitir o compartilhamento de sua localização em tempo real, se solicitado pelo TRE-SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;
- i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Coordenadoria de Eleições
Fiscal técnico	Seção de Logística de Eleições
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O protocolo de comunicação entre o Tribunal e a Contratada ocorrerá mediante a troca de mensagens eletrônicas (e-mail) entre a Equipe de Gestão da Contratação e os prepostos da empresa.

Também haverá o acompanhamento da execução do contrato mediante as informações de realização de atividades fornecidas pelos cartórios eleitorais, via acompanhamento próprio do Projeto Eleições 2024, e principalmente, pelo apontamento e preenchimento das informações no Sistema Rotas.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação

7. Critérios de medição e de pagamento

Conforme subitem 5.4.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Considerando a característica temporária dos serviços e o fim a que se destina no curto período do calendário eleitoral, a contratação deverá ser realizada de forma centralizada, pelo TRE-SC, a fim de facilitar a gestão contratual e promover economia, não sendo viável seu parcelamento em itens, por região ou período.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O objeto deverá ser adjudicado GLOBALMENTE à empresa cuja proposta seja considerada vencedora.

9.2. Seleção do fornecedor

Será vedada a participação de pessoa física, conforme previsto no item 3 do Estudo Técnico Preliminar.

Os proponentes deverão apresentar os **preços unitários** relativos ao transporte, por local de votação, discriminados **por item (1, 2 e 3 do tópico 4.1), subdividindo-os em área urbana e rural**, aplicando-se, para o cálculo do preço final estimado, a seguinte fórmula:

$$Pf = (Peuu + Pcuu) \times 1.950 + (Peur + Pcur) \times 1.550 + Pcmu \times 1.950 + Pcmr \times 1.550$$

onde,

Peuu = **Preço** por local de **entrega** de **urnas**, cabinas e materiais de proteção individual em área **urbana**

Peur = **Preço** por local de **entrega** de **urnas** e cabinas e materiais de proteção individual em área **rural**

Pcuu = **Preço** por local de **coleta** de **urnas**, pastas e cabinas em área **urbana**

Pcur = **Preço** por local de **coleta** de **urnas**, pastas e cabinas em área **rural**

Pcmu = **Preço** por local de **coleta** de envelopes com **mídias** em área **urbana**

Pcmr = **Preço** por local de **coleta** de envelopes com **mídias** em área **rural**

Pf = **Preço final estimado**

Para fins de julgamento, o preço final estimado considera a ocorrência apenas do 1º turno, conforme os dados arrolados nos **itens 1 a 3 do tópico 4.1**.

A quantidade de locais é aproximada, correspondendo à totalidade existente no Cadastro Eleitoral, em abril de 2024, podendo haver variações (conforme citado), de acordo com a definição das agregações, a instalação de mesas receptoras de justificativas, das seções de presos provisórios e o incremento do eleitorado até o prazo final de encerramento do processamento do cadastro de eleitores.

As quantidades de locais e de roteiros realizados em 2022, conforme informações registradas pelos cartórios eleitorais, estarão disponíveis no site do TRESC em link a ser informado no Edital.

Em alguns locais, poderá ser necessária a realização parcial do percurso por via aquática, conforme indicado no Anexo II.

Em alguns casos, devido às condições desfavoráveis das estradas, especialmente nas localidades do interior do Estado, o roteiro de coleta das mídias poderá ser incorporado pelo roteiro de coleta das urnas, resultando em apenas um tipo de roteiro de coleta, o de urnas, para efeitos de controle e pagamento.

O pagamento será efetuado de acordo com o número de locais onde o serviço for efetivamente prestado, considerando-se os preços unitários contratados.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Habilitação Jurídica**, deverá ser exigida autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT para o exercício da atividade a ser contratada, por meio do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTR-C.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

a.1) a comprovação da capacidade técnica solicitada acima deverá contemplar a entrega e/ou a coleta, em um mesmo dia, de um quantitativo mínimo de **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo total de locais previsto (subitens 1, 2 e 3 do item 4.1), ou seja, entregas e/ou coletas em pelo menos 1.750 locais com endereços distintos em um mesmo dia.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, considerando a natureza dos serviços e o valor significativo do objeto, deverá ser exigido:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante; e
- c) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

O custo estimado dos serviços é de **R\$ 2.749.459,51** para o 1º turno das Eleições, e de **R\$ 234.067,84** para o 2º turno (se houver), totalizando **R\$ 2.983.527,35**.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo IV – Eleições - Item 15 - Transporte de envelopes de segurança, urnas eletrônicas e cabinas

11.2. Plano de Logística Sustentável

Inexistência de conflito do objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

11.3. Outros instrumentos

A presente solução está alinhada ao Planejamento Estratégico do TRESC (Portaria P n. 83/2021).

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.
- OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais
- OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.061.0033.4269.0001	3.3.90.39	R\$ 2.983.527,35
Total		R\$ 2.983.527,35

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Anexo I

Locais de votação que necessitam, alternativamente, de percurso parcial por via aquática em Santa Catarina:

ZONA	MUNICÍPIO	LOCAL	NOME DO LOCAL	LOCALIDADE	ESPECIFICAÇÃO
27ª	SÃO FRANCISCO DO SUL	1180	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOÃO ALFREDO MOREIRA	VILA DA GLÓRIA	Travessia hidroviária da Baía da Babitonga, de 4 a 7 km, conforme o ponto de partida/retorno e o meio de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		1198	ESCOLA MUNICIPAL DO ESTALEIRO	ESTALEIRO	transporte utilizado (barco ou balsa)
20ª	LAGUNA	1309	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FRANCISCO ZEZUÍNO VIEIRA	PONTA DA BARRA	Travessia hidroviária por balsa, de aproximadamente 1 km de extensão, sobre os molhes da barra de Laguna
		1112	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CUSTÓDIO FLORIANO DE CÓRDOVA	PASSAGEM DA BARRA	
		1120	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA COMANDANTE MOREIRA	CAMPOS VERDES	
		1538	SALÃO PAROQUIAL CANTO DA LAGOA	CANTO DA LAGOA	
		1503	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA VEREADOR JURANDIR PEREIRA DOS SANTOS	CIGANA	
		1317	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SANTA MARTA	FAROL DE SANTA MARTA	
13ª	FLORIANÓPOLIS	1643	GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL	COSTA DA LAGOA	Travessia hidroviária por meio de barco de linha, que cruza a Lagoa da Conceição